
SOBRE A POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO A PARTIR DO MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, UM ENSAIO

Rômulo C. Cristaldo

Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil

RESUMO

Neste ensaio teórico realizamos uma interpretação do *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, buscando elucidar especificamente as potencialidades e limitações de sua aplicação na análise do processo contemporâneo de globalização. Utiliza-se uma análise documental do texto, confrontando-o com as nuances do processo de globalização em si e com considerações acerca do método materialista histórico-dialético a partir da interpretação de Karel Kosic, esta abordada a partir de uma leitura com foco em seus aspectos econômicos e políticos. Isto para concluir que, embora as categorias analisadas por Marx e Engels em meados do século XVIII se façam presentes no mundo contemporâneo, a análise materializada no Manifesto é historicamente localizada, portanto insuficiente.

Palavras-chave: Globalização. Manifesto do partido comunista. Materialismo Histórico-Dialético. Capitalismo.

ABSTRACT

In this theoretical essay we perform an interpretation of the Communist Manifesto written by Karl Marx and Friedrich Engels, specifically seeking to elucidate the potential and limitations of its application on the analysis of the contemporary process of globalization. It uses documentary analysis of the text, confronting it with the nuances of the process of globalization itself and considerations surrounding the historical-dialectical materialist method based on the interpretation of Karel Kosic, this approached from a reading focusing on their economic and political aspects. Its conclusion is that although the categories analyzed by Marx and Engels in the mid eighteenth century are current in the contemporary world, the analysis materialized on the Manifesto is historically located, therefore insufficient.

Keywords: Globalization. Manifest of the Communist Party. Historical-Dialectical Materialism. Capitalism.

INTRODUÇÃO

Um espectro rondava a Europa, afirmavam Marx e Engels na primeira linha de um documento de 1848 elaborado como o resumo de seu pensamento para a Liga dos Justos, o qual acabou se tornando o Manifesto daqueles, já sob a alcunha de O Partido Comunista (GABRIEL, 2013). Hoje, uma assombração tem afligido o mundo, mas não se trata da pecha infame do comunismo — este considerado derrotado desde o ocaso de sua variação encarnada no socialismo realmente existente —, e sim o espírito assustador e supostamente onipresente da globalização. Demonizada por uns (BAUMAN, 1999), celebrada por outros (THUROW, 2005), sempre indefinida e constantemente questionada (STIGLITZ, 2002), a palavra globalização cada vez mais perde sua força política e seu caráter de novidade, embora esteja se tornando cada vez mais concreta. O mundo em crise fala de proteção de mercados consumidores, estatização, limitação dos capitais e até mesmo intervenção do Estado na economia. Ressurge tudo aquilo que os entusiastas da globalização haviam enterrado no cemitério das causas perdidas, junto com o comunismo e as propostas alternativas ao capitalismo (ZIZEK, 2012).

Das cinzas renasce a análise marxista das crises sistêmicas do modo de produção (ZIZEK, 2011). Fazem-se presentes as categorias, surgindo aqui e acolá em artigos mais ou menos críticos, ilustrando desde declarações acerca da inviabilidade estrutural do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2011) até discursos que o defendem (THUROW, 2005) — no caso da crise endêmica, muito mais contra si mesmo. Outros termos surgem e tomam espaço político, como crise sinalizadora (ARRIGHI, 1996), mundialização financeira (CHESNAIS, 2005), neoimperialismo (HARDT; NEGRI, 2001) e mesmo até de malefícios da internacionalização de Capital (STIGLITZ, 2002).

Em meio a tal confusão, textos clássicos de Marx e de Engels têm sido reverenciados de maneira mais ou menos criteriosa como a chave para analisar o estado atual das coisas no capitalismo e no mundo (COLLIN, 2013. DOWBOR, 2009. KLIMAN, 2009. Entre muitos outros). Mas, de fato é possível transportar um texto de mais de 150 anos para analisar processos tão contemporâneos como a atual crise financeira, ou mesmo a própria sociedade de consumo? Ou melhor, colocando de forma direta a pergunta

de partida que orienta este ensaio, o *Manifesto do partido comunista* pode ser usado para explicar o fenômeno da globalização tal qual se apresenta no último quartel do século XX e primeira década do século XXI?

Este Ensaio foi, portanto, elaborado para tentar trazer uma pequena contribuição no que diz respeito a formação de uma resposta para última indagação, e talvez lançar um tanto de luz sobre a primeira, as quais, embora de importância central, não têm recebido a devida atenção por alguns, talvez muitos, dos tão inflamados novos profetas do apocalipse. Nossa metodologia se fundamenta numa análise do texto original de Marx e Engels. Num sentido, trata-se de uma análise de confrontação do discurso em relação à história, não podendo, portanto, ser em si uma construção histórica pura, tampouco uma análise do discurso: mas ambas sintetizadas.

Em primeiro lugar, se faz uma breve explanação do método materialista dialético-histórico, utilizado por Marx e por Engels para entender os fenômenos que os inquietavam. Para tanto se recorre à interpretação do filósofo tcheco Karel Kosic. O objetivo aqui é estabelecer uma referência para avaliar a pretensão dos autores com o texto de 1948, baseado nos limites por eles assumidos, graças à adesão a seu próprio método. A segunda seção discute a globalização, sugerindo uma interpretação particular do fenômeno que dialogue com o texto original de Marx e Engels, sem estar a estes preso. Na terceira etapa, se faz uma leitura dos trechos do *Manifesto* que poderiam, por ventura, guardar significado para compreensão deste processo. Esta leitura última toma como perspectiva o que o método materialista histórico dialético permite afirmar, mais o que pode ser dito acerca do fenômeno da globalização. Ao fim, tecemos algumas considerações sobre as limitações e potencialidades do uso do panfleto clássico para entender processos sociais mais contemporâneos.

O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO DIALÉTICO

Karl Marx não chegou a escrever um texto no qual explicasse seu método de pesquisa, o que impõe ao leitor mais criterioso a necessidade de contemplar a vasta obra do autor e tentar captar, indireta ou indutivamente, qual o *modus operandi* de seu trabalho. Isto levou inúmeros pesquisadores a construir interpretações próprias, desde simplificações grosseiras motivadas por leituras apressadas, até refinados sistemas filosóficos, porém exclusivamente centrados no plano idealista, de certo modo se distanciando das pretensões originais de Marx. Não tentaremos aqui comparar ou mensurar qual das interpretações é mais ou menos fiel à Marx; muito menos nos conduziremos a apontar quais são mais ou menos próximas da realidade concreta; o objetivo e o formato deste trabalho não comportariam algo desta magnitude, para o que se poderia dedicar toda uma história de vida em pesquisa. Simplesmente escolhemos uma corrente interpretativa que,

em nossa análise, parece ser coerente, e um intérprete que, por sua proximidade histórica com o nosso tempo, parece um tanto mais atento aos eventos recentes.

O fundamento desta seção é a interpretação do materialismo dialético-histórico proposta por Karel Kosic, expressa no trabalho *Dialética do Concreto* (KOSÍC, 2002). Não se trata, porém, de uma escolha arbitrária. No nosso entendimento a análise de Kosic tem algumas qualidades importantes: (1) primeiro não se deixa levar por uma classificação da obra marxiana num materialismo vulgar ou num empirismo simplista, preservando a crítica contida no texto *Ad Feuerbach* (MARX, 2007)¹; (2) em segundo lugar, não separa arbitrariamente a dialética da história, pois percebe que a dialética, por ser a condição de movimento das atividades humanas, é necessária e inevitavelmente histórica; por fim, (3) não recai num idealismo pseudocrítico sem clara posição política, mas aponta a práxis humana como definidora da natureza do real, portanto necessária e eminentemente revolucionária.

Segundo Kosic (2002) o mundo do homem é o mundo da práxis. Os indivíduos não são meros sujeitos de conhecimento prontos para fabricar conceitos e representações das coisas; seu *estar-no-mundo* é, antes de tudo, um agir que se manifesta numa apreensão rápida do que está envolta para sustentar uma relação primeira de trabalho com vistas a garantir sua sobrevivência; portanto este é comprometido com implicações e exigências práticas da vida material. Porém, ao passo que estes sujeitos sociais se relacionam entre si e com a natureza para assegurar sua reprodução, passam a criar representações daquela realidade com a qual se defrontam — construções mentais concebidas a partir de como as coisas aparecem diante de seus olhos. Ou seja, por se relacionar antes de tudo com a práxis, se veem imersos num mundo em que tudo é definido a partir de como primeiro aparece aos sentidos, mesmo que aquilo não represente de fato a totalidade da verdade em si das coisas, o mundo da *pseudoconcreticidade*. Este é o plano imediato do *agir-no-mundo* formado (1) pelo conjunto das representações e dos fenômenos percebidos diretamente, (2) pela práxis fetichizada e (3) pelas concepções e conhecimentos criados acerca do fenômeno. Mas este plano não encerra toda realidade social.

Na interpretação de Kosic (2002) sobre o materialismo dialético emerge uma noção de totalidade ontológica formada por aquele mundo aparente e as suas leis sociais de seu funcionamento, sendo estas “leis” a *coisa-em-si* por detrás dos fenômenos, suas aparências sensíveis. Tais leis seriam também resultado da ação do homem, ou melhor, são a própria ação do homem ao se relacionar com seus pares na consecução de seus objetivos. Como afirma o autor, é, portanto, preciso não só um grau de esforço, mas um desviar do olhar para apreendê-lo, ou como diz Slavoj Zizek (2008), tais processos não se mostram, a não ser em paralaxe. O que significa dizer que se faz necessária a prática de assumir que as representações imediatas são insuficientes para o conhecimento, e destas desviar-se no intuito de compreender dialeticamente o que está por detrás daquilo que se vê a princípio.

Como tanto as leis dos fenômenos como os fenômenos em si estão relacionadas com a práxis e, portanto

¹ “O principal defeito de todo materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [Gegenstand], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [Objekt] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. [...] Feuerbach quer objetos sensíveis [sinnliche Objekte], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [gegenständliche Tätigkeit].” (MARX, 2007, p. 533).

são eminentemente sociais, então é preciso compreender que são consequentemente históricas — não naturais e cuja dinâmica depende do próprio devir das relações humanas. Neste sentido, Marx (2013) afirma que a coesão histórica do *agir-no-mundo* do homem é o seu trabalho, pois a base da coletividade está enraizada nas relações sociais de produção e reprodução. Estas seriam historicamente constituídas, de modo que a construção de uma análise acerca de qualquer fenômeno, ou suas leis de funcionamento, será também e sempre historicamente localizada e circunscrita — até porque as relações sociais estariam em constante transformação.

A GLOBALIZAÇÃO, OU SOBRE A APARÊNCIA ATUAL DO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DE CAPITAL

Esta palavra, *globalização*, é um termo polissêmico de conceituação duvidosa e limites teóricos obscuros. No entanto, se trata de uma terminologia associada aos mais diversos contextos; hora evocada como causa dos mais infames malefícios (BAUMA^{12,51} mmicas, radicadas na preponderância de cada uma das três dimensões acima citadas: (1) a configuração “inter-nacional”; (2) a configuração “multi-nacional”; e (3) a configuração “global” (2003, p.29). A primeira — a configuração **inter-nacional** — teria como dimensão dominante o espectro das trocas de bens e serviços entre países, estes os quais se especializariam na produção de bens específicos e assim dando origem a uma divisão internacional do trabalho. As outras dimensões seriam contidas por uma rígida regulação das trocas comerciais a partir do Estado, o qual utiliza o saldo na balança de pagamentos como principal parâmetro.

Por outro lado, a configuração **multi-nacional** seria marcada por uma dominância da dimensão dos investimentos externos diretos, a qual pressupõe a mobilidade da produção de bens e serviços. Num processo de mundialização multi-nacional a lógica dominante é a da competitividade entre os espaços regionais e, talvez principalmente, entre os grandes grupos empresariais. O Estado então é substituído como principal ator internacional pela grande corporação capitalista. Isto reduz a relevância do território e trás a tona a importância das cadeias de valor dos produtos, as quais tendem a ser eminente e *transfronteiriças*. Neste tipo de configuração do sistema-mundo capitalista, o Estado passa a ser visto então como mero instrumento de promoção de competitividade (MICHALET, 2003).

A configuração **global**, por sua vez, seria marcada pela dominância do aspecto financeiro da mundialização de capital. O elemento lógico utilizado como parâmetro de integração do sistema é a comparação dos retornos ao capital investido, colocando o interesse do capital rentista e do capital financeiro acima dos capitais produtivo e comercial. A escolha dos investimentos é então outorgada às instituições financeiras, as quais constroem um aparato global de fluxo monetário com fins de explorar as oportunidades de ganho dispersas no mundo sem, no entanto, precisar ser comprometer com a inflexibilidade do investimento produtivo. A verdadeira fonte de lucratividade se dá em valorizações do tipo D-D', nas quais a especulação financeira e a criação de bolhas de crescimento

desvinculadas da produção de bens e serviços tornam-se a principal atividade geradora de receitas (MICHALET, 2003).

No texto de Paul Hirst e Grahame Thompson (1998) se afirma que, se considerados os fluxos de mercadorias entre os países, os níveis totais de comercialização internacional no final do século XX eram menores do que aqueles do final do século XIX. E isto sem levar em consideração que, em termos gerais, no final do século XX se constitui um mundo com muito mais países independentes, maior população e um volume maior de riquezas sendo produzidas. Além disto, como expõe Giovanni Arrighi (1996), no final do século XX a esfera financeira do sistema-mundo capitalista aumentou seus fluxos de tal modo que o total de capitais monetários negociados se tornou expressivamente maior do que a riqueza real produzida, bem como do fluxo de mercadorias reais comercializadas. François Chesnais (1998) ainda acrescenta que, no último quartel do século XX, os investimentos externos diretos (IEDs) — dominantes desde o fim da segunda guerra mundial — foram gradativamente sendo substituídos por outras modalidades de exportação de capitais, as quais estariam subordinadas a intermediações conduzidas por instituições financeiras.

Estas informações concatenadas auxiliam a descartar a possibilidade de classificar este período como sendo dominado por uma configuração de mundialização do tipo inter-nacional, bem como do tipo multi-nacional. Na verdade tais argumentos asseguram a conclusão de que o período em questão foi dominado pela lógica do capital financeiro (MÉSZÁROS, 2002). Ou seja, tomando como parâmetro a classificação proposta por Michalet (2003), o fenômeno que emerge no último quartel do século XX e se estende pela primeira década do século XXI na verdade se configura como uma regulação da mundialização de capital de configuração global. Logo, orientada pela lógica de acumulação do capital rentista e dominada por um maior crescimento, rentabilidade e orientação ideológica dos capitais financeiros.

O MANIFESTO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Tendo como pano de fundo a breve exposição do método materialista histórico-dialético elaborada na seção primeira, bem como a construção da noção de globalização como um aspecto particular da mundialização na seção anterior, passaremos a simplesmente ler e interpretar no *Manifesto do partido comunista* (MARX; ENGELS, 2007b) aquelas passagens que poderiam ter alguma relação com o processo em questão. Deixaremos para a próxima etapa a conexão entre as seções pregressas e a atual, mesmo correndo o risco de enfadar o leitor.

O objetivo desta seção é, frase a frase, tecer considerações sobre a atualidade da exposição do texto do manifesto em relação à regulação da mundialização de capital no último quartel do século XX e primeira década do século XXI. Quebramos a formalidade do texto acadêmico típico, que necessita de preparações e considerações antes e depois de cada inserção e apenas dispomos as frases e analisamos seu conteúdo. Sugerimos duas formas de leitura. A primeira, e talvez principal, seria percorrer apenas as

citações pulando as explanações que as seguem. Assim, o leitor notará as partes que podem ser aplicadas à análise do processo em questão na especificidade do *Manifesto* como um texto único. Em seguida, pode-se retomar a seção lendo as citações e os comentários, pois tecemos considerações sobre a possibilidade da aplicação de cada trecho. Tentamos esclarecer possíveis dificuldades conceituais e apontamos, quando couber, a aprofundamentos na própria obra marxiana ou em posteriores desenvolvimentos.

Passemos, então, a palavra para Karl Marx e Friedrich Engels:

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 41).

Esta passagem mostra os autores viam na criação do mercado mundial uma expressão necessária para o capitalismo. É importante notar que o fator histórico preparador, a descoberta da América, é apenas causa necessária para a expansão mercadológica, já que existem outros fatores sociais envolvidos. A segunda sentença do parágrafo aponta que é o mercado quem demanda os desenvolvimentos técnicos necessários para sua expansão, e não o contrário. Percebe-se que na opinião de Marx e Engels não é o progresso técnico quem antecipou e propiciou a expansão dos mercados, mas, ao contrário, a expansão dos mercados demandou as revoluções tecnológicas. O motor das mudanças sociais, nestas incluída a tecnologia, seriam as transformações pelas quais passam as relações sociais — para estes os avanços da ciência e a técnica advêm de uma problemática surgida da práxis. E naquele momento em específico notam que o elemento dinâmico do processo de expansão mundial do modo de produção capitalista, que chama a atenção dos autores em meados do século XIX, é a troca de mercadorias.

Este desenvolvimento [do mercado mundial] reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 41).

Agora Marx e Engels afirmam que a transformação das relações sociais, no sentido de criar mercados cada vez mais ampliados para seus produtos, acaba por moldar a forma de produção, exigindo que ela suportasse a expansão do comércio. Sua argumentação indica que a criação do mercado forçou a indústria a se adaptar para suprir os novos parâmetros de comercialização. A própria indústria — tomada como a peculiar conjunção de assalariamento, propriedade capitalista dos meios de produção, hierarquização e divisão do trabalho — seria uma inovação demandada pelo devir das relações humanas subordinadas ao comércio.

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do

antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43).

Uma das características mais comuns atribuídas à globalização aparece na primeira sentença deste trecho do manifesto, a concepção de que passamos por um momento de aceleradas e acentuadas mudanças. Os autores percebem que as classes dominantes no capitalismo daquela época precisavam reformular constantemente os meios de produzir, o que impactaria nas próprias relações sociais de produção. É em *O Capital* de Marx (2013) que esta concepção ganha uma explicação mais densa: para ele, as necessidades da reprodução ampliada de Capital exigiriam reiteradas melhorias da produtividade, incrementos constantes da mais-valia relativa, já que existe um limite natural para incrementos da mais-valia absoluta. Isto num primeiro momento aumentaria os lucros. Porém, outros capitalistas copiariam tais mudanças, reduzindo novamente o lucro geral, o que forçaria a implantação de novas transformações tecnológicas, retroalimentando um ciclo cada vez mais amplo e incontrolável (MARX, 2013).

Há ainda uma contraposição entre o estático modo de vida feudal — que tinha na imobilidade sua força, pois centrado na tradição e no respeito dos distintos papéis sociais — em oposição à sociedade burguesa orientada pela mudança. O capitalismo, neste trecho, é definido como o sistema social que, por natureza, se transforma constantemente; isto por que, na visão dos autores, se as transformações cessassem, ele se imobilizaria. Ao final há uma notável afirmação: Marx e Engels dizem que se houvesse uma não-mudança, uma estática, isto serviria aos interesses das classes industriais anteriores. Os autores denotam já conceber que o processo industrial não foi uma invenção do capitalista, assim como também não foi o trabalho assalariado. O Capital aparentemente teria se apropriado de tais instituições para organizar um modo de produção através do qual pudessem acumular mais do que era possível através do comércio. A mudança contínua, então, não serve ao interesse de qualquer capitalista, não atende o capital nacionalista, nem as corporações de ofício, nem as manufaturas, mas acolhe principalmente o grande capital — a não ser que aquelas categorias possam migrar para esta.

Essa subversão contínua da produção e, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43).

Esta passagem, que parece dotada de tom profético, faz parte do parágrafo que contém o excerto analisado anteriormente. Os mais entusiastas, mas nem tanto atentos, podem enxergar um Nostradamus antevendo o nosso tempo e suas questões e contradições. Em verdade, Marx e Engels estavam lendo a realidade da Inglaterra e da Europa capitalistas em meados do século XIX. Os autores estão a

descrever como a contínua mudança e inovação dos meios técnicos faz com que as relações sociais mudem constantemente; ou, como o desenvolvimento da fábrica trouxe questões próprias daquele ambiente, como o árduo trabalho assistido por capatazes, assalariado e controlado no intuito de gerar valor para além da quantia paga; e, ainda, como o contínuo transformar do trabalho foi extinguindo profissões, ao mesmo tempo em que criava novas, assim como foi atendendo demandas e criando necessidades que antes não existiam.

Esta é uma leitura quase óbvia se tomarmos o método materialista dialético-histórico: se é a práxis humana de reprodução material que molda as instituições; e se esta práxis está em constante mudança por conta de modificações no plano da técnica e da tecnologia; logo, as instituições devem mudar constantemente para acompanhar o seu ritmo. Pode parecer um exemplo simplista, mas é interessante notar como o advento da internet, das muitas formas de produção e controle de trabalho via rede, fez surgir o debate acerca da necessidade de se criar uma legislação civil que contemple as novas relações “virtuais”. O surgimento do mundo digital é também uma mutação do mundo do trabalho, é um incremento tecnológico que está alterando relações empregador/empregado, e, logo, demandando transformações nas instituições sociais; até mesmo as relações de amizade estão se “virtualizando” (CASTELLS, 1999).

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar toda parte, criar vínculos em toda parte. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43).

A expansão do comércio, descrita anteriormente, demandou e fez surgir uma indústria, uma nova forma de organizar a produção. Porém, esta nova forma cresceu o suficiente para suplantando as demandas e sobrar, pois incrementou o poder do trabalho revolucionando as técnicas e as tecnologias de tal modo que os produtos elaborados em escala cada vez maior começavam a encontrar dificuldade de realização. Isto acaba por forçar a busca de novos mercados para assegurar a venda, o que dá início ao processo de internacionalização do capital.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43).

Nesta breve frase Marx e Engels estão tratando da padronização das mercadorias. Se a indústria faz com que se produza muito, é preciso encontrar formas para escoar a produção, a solução mais imediata é a prospecção de novos mercados. Mas, para tanto, é preciso que os novos mercados vejam nas mercadorias industrializadas um valor de uso. Portanto, imprimir um caráter cosmopolita à produção é, de fato, uma necessidade que já se tornava imperativa para a indústria na primeira metade do século XIX, como defende Eric Hobsbawm (2010); a imposição de uma lógica de consumo padronizado reduziria os custos da produção ao mesmo tempo em que aumentaria os mercados consumidores.

Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria a base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43).

Do mesmo parágrafo da frase anterior, Marx e Engels então descrevem a “produção cosmopolita” como a desnacionalização das indústrias. Estas indústrias se incluíam não mais no círculo local, mas se veriam interconectadas à “economia-mundo capitalista” (ARRIGHI, 1996). Já em Marx existe a concepção de que o capitalismo precisaria cada vez mais suprimir as fronteiras para articular dinamicamente os mercados e a produção, criando um espaço amplo de atuação marcado por interações heterogêneas.

Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43).

Na primeira sentença deste fragmento, Marx e Engels retomam a formação de um novo padrão de consumo, que chamam de “novas demandas” —fundamentado no mercado mundial. Na leitura marx-engelsiana esta interconexão avança suplantando fronteiras nacionais tanto na produção material como na produção de ciência e mesmo da arte. De fato, um dos clamores dos entusiastas da globalização é esta interconexão cultural e acadêmica já percebida em seus primórdios por Marx e Engels, um processo que já em meados do século XIX era possível notar. Mas, se observarmos em Hobsbawm (2010), se verá que Marx está percebendo um processo diferente. As fronteiras que caem na análise de Marx e Engels são: (1) os limites dos grandes feudos para formação de Estados Nacionais — a Alemanha e a Itália, por exemplo, estavam ainda em processo de unificação; e (2) entre os Estados nacionais europeus e suas colônias ultramarinas. Hoje se percebe o mesmo processo em outra escala.

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obrigada à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem

burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 44).

Marx e Engels então anotam como a expansão das formas produtivas próprias do capitalismo também disciplinam as formas institucionais dos países que as recebem. E isto se daria tanto por conta da competitividade apropriada pela indústria graças a exploração do “trabalhador coletivo” (MARX, 2013, p.406), o que faz com que os preços decaiam. O forçar da adoção do modo burguês de produção, do capitalismo, se mostra uma imposição competitiva — se os demais Estados não o adotassem, se não operassem suas revoluções industriais, não poderiam concorrer e inevitavelmente tornar-se-iam dependentes ou mesmo colônias. O mundo é (re)criado à imagem e semelhança da burguesia não por um espírito absoluto da razão, como afirmaria Hegel, mas pela disseminação do modo de trabalho capitalista, que exigiria dos Estados mais longínquos uma completa reformulação institucional, uma ocidentalização.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 44).

Nesta parte os autores observam como a cidade ganha importância em detrimento do campo, e como isto se manifesta através de uma acentuação da hierarquização dos espaços geográficos. Se no modo de produção feudal a posse da terra era o que conferia status social, e, portanto, a vida social se dava nas cortes dos grandes proprietários de terra, o modo de produção capitalista teria seu padrão de status centrado no acúmulo de Capital. E, a valorização do capital através da indústria, cuja produção e realização se davam principalmente no meio urbano, se tornou a atividade nobre. O processo de submissão do campo à cidade era, de fato, o processo de submissão das classes cuja renda se formava no trabalho sobre a terra às classes comerciais e industriais, ou seja, cuja renda advinha da acumulação e valorização de capital. Fernand Arrighi (1996) enxerga um lento movimento de submissão do campo à cidade se iniciando já nos meandros da idade média; Hobsbawm (2002), no entanto, assegura que foi somente no século XX que a maior parte da população mundial passou a viver em cidades. Desta forma é possível dizer que, ainda que o processo da submissão do campo em relação à cidade já fosse visível no século de Marx e Engels, trata-se de algo que ainda está em realização hoje, portanto perfeitamente atual. Outro aspecto marcante deste trecho é a noção de submissão de países bárbaros e semibárbaros ao ocidente, o que, provavelmente, inspirou a teoria centro-periferia tão comum na análise cepalina. De fato Marx pôde observar em vida o início do processo de como a industrialização dos países do ocidente, e sua busca por novos mercados, iria levar a um movimento de controle direto das nações não-européias, algo que ficaria conhecido por imperialismo (HOBSON, 1988). Interessantemente, a globalização aparece também como um imperialismo sem controle direto, mas tácito (HARDT;

NEGRI, 2001).

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesses nacional de classe, uma só barreira alfandegária. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 44).

A primeira frase é emblemática ao falar da concentração capitalista: uma concentração de meios de produção, de capital, nas mãos das classes dirigentes; logo, uma concentração de propriedade e de riquezas, e mesmo uma concentração de população. Sobre este último item, há uma referência ao trecho discutido anteriormente, sobre o processo através do qual o capitalismo faz com que as cidades as cidades cresçam em importância e em tamanho — ou melhor, para não ser determinista, em como o crescimento das cidades acompanha o desenvolvimento do modo de produção. Marx, no *Capital*, explica como a concentração de população inativa, a criação de um exército industrial de reserva, auxilia na redução do preço do trabalho e, conseqüentemente, no incremento de mais-valia relativa (MARX, 2006).

Os autores afirmam, na sequência, que todas estas concentrações demandaram uma mudança institucional de grande porte, fazendo com que se criassem os Estados Nacionais. A lógica é simples, quanto maior o aparato produtivo-distributivo, maiores são suas necessidades de validação político-institucional: cresce a demanda por poder de polícia no intuito de assegurar a propriedade privada dos meios de produção, assim como cresce a demanda por sinergia diplomática. A criação da União Europeia, bem como de outros blocos comerciais com pretensões mais ou menos políticas, como a Asean, o Mercosul, o Nafta, não são de fato confirmações de uma previsão dos autores, mas a continuidade de um processo de longo prazo: a crescente concentração de capital leva à concentração política. O capital se expandiu mais, as forças produtivas também cresceram, as empresas são agora transnacionais, logo, as instituições vão a reboque do processo de expansão econômica, que demanda novas configurações políticas e jurídicas para assegurar sua continuidade.

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 45).

Este trecho repleto de apelos retóricos é importante por que trás uma característica principal do arcabouço teórico marxiano: a noção de que o avanço das forças produtivas sociais força o desenvolver das instituições sociais e políticas. Marx e Engels acreditam que as novas formas de produção e troca colocavam em cheque o aparato institucional criado, por exacerbar suas contradições

internas a cada ciclo de acumulação. Nos períodos seguintes, a história demonstra, o Capital conseguiu se reformular também no sentido de postergar sua exaustão, *ad infinitum* dizem alguns. Não é o caso de uma falha de previsão porque não houve uma previsão; Marx e Engels apenas liam a realidade, que apontava num sentido. O sentido mudou quando não mais podiam ver.

No entanto, a noção de crises contínuas e cada vez mais severas, um processo visto pelos autores historicamente, se manteve. A seguir, Marx e Engels tentam detalhar esta proposição:

Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. [...] E por quê? (sic) Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las. (MARX; ENGELS, 2007b, p.45).

Talvez fosse possível ver nas duas primeiras assertivas uma previsão da crise de 1929, a qual de fato se configurou como uma tensão de superprodução; mas Marx e Engels vislumbram a crise capitalista de 1844, um já acentuado colapso marcado pela superprodução (HOBSBAWM, 2010). Qual é o diagnóstico daquela crise? Segundo os autores, sua causa seria, resumidamente, a “civilização em excesso”. Neste caso, “civilização” parece significar, em verdade, não um conceito isento de propósito, como se os autores estivessem praguendo contra o processo civilizatório como um todo; o que está em xeque aqui, a nosso ver, é a padronização produtiva, cultural e de consumo operada pela inclusão de valores capitalistas em cada vez mais diferentes mercados.

A disseminação das formas capitalistas de produção mobilizaria forças produtivas – fábricas e indivíduos – em tamanha escala que não encontrariam mercados para realização. Assim, buscar-se-iam novos mercados, que se expandiriam à imagem e semelhança dos primeiros para também colapsar graças à ausência de compradores. Em tempos nos quais os ciclos de vida dos produtos são cada vez menores, com crises agudas nas indústrias automobilistas e de bens de consumo duráveis, o que arrasta para o turbilhão os sistemas financeiros, esta leitura parece bastante coerente. Há civilização demais; ou seja, há fábricas mais que suficientes para atender as demandas, mas estas empresas se recusam a atender as necessidades.

O mais interessante é notar que a mundialização de capital que Marx e Engels conheceram é aquela articulada pela dimensão das trocas de bens e serviços. De fato, a indústria aparece no texto do *Manifesto...* como algo

necessário, mas não suficiente, para a expansão internacional do modo de produção capitalista. Apesar de citados, os investimentos diretos no exterior não aparecem com tanto destaque como elemento dinâmico da mundialização, mas tão somente com um acessório ao comércio. Também apontam as instituições financeiras como elementos auxiliares à expansão do Capital, não como seu elemento central. Em *O capital...* Marx (2013) já percebe que o circuito de valorização D-D' é essencial, mas isto ainda não aparece no texto de 1848. É possível dizer, portanto, que diferentemente do período contemporâneo, a mundialização de capital sobre a qual o *Manifesto...* trata era particularmente distinta desta observada no último quartel do século XX e primeira década do século XXI. Em 1848 aparentemente a dimensão das trocas era dominante, enquanto que no período atual as finanças são o elemento dinâmico do processo de mundialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de finalização, façamos então uma retomada da discussão. No presente ensaio primeiro observamos que o método marxiano enxerga a totalidade concreta da realidade, esta por sua vez um processo histórico. Assim sendo, será possível considerar que este método pode tratar de processos sociais ainda não estabelecidos, a-históricos? Ou ainda, fazer previsões acerca de fenômenos que não tiveram seus fundamentos já constituídos?

Não é a resposta para esta pergunta, simplesmente pelo fato de que é impossível descrever as relações sociais concretas, históricas, daquilo que não existe subjetiva ou objetivamente, por princípio de definição. Ou seja, se os processos descritos por Marx e Engels guardam alguma relação com o fenômeno da globalização, é porque estes processos perduram ou deram origem às atuais formas sociais que assim denominamos – ou melhor, como é o caso específico, se configuram como um arranjo particular relacionado, mas não idêntico.

Foi possível apreender da exposição de Michalet (2003) que a configuração da mundialização de capital do segundo quartel do século XX até pelo menos a primeira década do século XXI, foi dominada pela lógica da dimensão da circulação dos capitais financeiros. Ou seja, não apenas a intermediação financeira ofereceu os melhores níveis de valorização, como sua lógica de funcionamento foi utilizada como parâmetro para escolha e julgamento dos investimentos destinados às duas outras esferas da mundialização, a saber: (a) a dimensão de trocas de bens e serviços; e (b) a dimensão dos investimentos diretos no exterior.

Resumidamente, as características descritas por Marx e Engels acerca do processo de expansão mundial da burguesia e seu *modus operandi* de acumulação, em meados do século XIX, apontava as seguintes características: (1) estabelecimento de um mercado mundial em substituição aos mercados nacionais; (2) mudança contínua dos processos produtivos e das instituições sociais; (3) busca constante de novos mercados/setores de atuação; (4) mundialização do capital, ou seja, investimentos em cada vez mais longínquas parcelas do globo; (5) padronização do consumo, tanto a um “gosto ocidental” como à necessidade de escala industrial; (6) adoção do meio de vida ocidental;

(7) submissão do campo à cidade; (8) concentração de riqueza, concentração de propriedade dos meios de produção; (9) concentração populacional e, como consequência, centralização política; (10) estabelecimento de crises de superprodução, que se tornariam cada vez mais constantes. Como dito anteriormente, estas características apontam uma mundialização de capital do tipo internacional — com domínio da esfera de trocas de bens e serviços.

Assim, acreditamos que há uma limitação no uso do *Manifesto...* para compreensão do processo observado entre o último quartel do século XX e a primeira década do século XXI. Caracterizaremos esta afirmação a partir de alguns questionamentos tomando como referência algumas das mais conhecidas interpretações do processo de globalização.

Boa parte da literatura crítica sobre globalização ou sobre a pós-modernidade acessada (BAUMAN, 1999. HARVEY, 2009. STIGLITZ, 2002), em maior ou menor grau, identifica a maior parte dos processos evidenciados por Marx e Engels como constituintes da contemporaneidade. Mas, se é desta maneira, é possível então afirmar que globalização é algo novo? Podemos dizer que sim, porém também defender que não.

Não, pois de fato, cada um dos autores citados aponta para um aspecto particularmente importante da globalização que, de certo modo, é introduzido por Marx e Engels. Por exemplo, Bauman (1999) e Zizek (2003) estão preocupados, entre outras coisas, em como a fluidez das relações de trabalho também montaram um aparato de comportamento social fluido, sem substância, sem reflexão, sem raízes ou fundações; ou melhor:

[em como] dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43).

Sim, porque estes processos sociais ganharam uma escala e um nível de complexidade que não possuíam quando Marx e Engels os perceberam mais de 150 anos atrás. E foram abordados a partir de perspectivas que, naquela época, seriam impossíveis, como avaliação do estranhamento e da paixão do real a partir da psicanálise lacaniana, como faz Zizek (2003).

Já que é possível notar instituições sociais da época de Marx e Engels que sobrevivem ainda hoje com um grau de importância elevado e uma boa capacidade de explicação do real, tem o *Manifesto* capacidade de analisar o atual processo de globalização? Novamente, em nossa opinião, *sim*, mas também *não*.

Sim no sentido de que, tal qual um documento histórico, o *Manifesto* serve como relato de estruturas sociais que, talvez, estavam se formando naquela época e sobreviveram até os dias atuais. Talvez isto reforce a ideia central de Arrighi (1996), de que estruturas sociais perduram por séculos longos. Mas, pela própria característica do método materialista dialético-histórico, aquela análise só pode ser completa para a época em que foi elaborada. Portanto, *não*, o *Manifesto* não é capaz de avaliar satisfatoriamente como as coisas são hoje.

Marx e Engels puderam captar processos sociais que, numa Europa ainda muito imersa no feudalismo, mostravam-se consistentes o suficiente para sobreviverem ao tempo, como é atestado pela própria concretude do processo de globalização. O interessante hoje, então, não é só analisar aquelas estruturas apontadas pelos autores, que estão consolidados e disseminados por uma parcela significativa do globo. É preciso analisar o que é novo, o que está surgindo agora e que, no processo histórico, pode ganhar uma importância maior. Ou seja, é preciso atentar para a especificidade global da mundialização de capital — para a centralidade da finança que não ocorria em 1848 — bem como para outras nuances próprias do mundo pós-moderno.

É o que tenta Zizek (2003) ao classificar a ilusão do real como verdadeiro mal da contemporaneidade; ou um Hobsbawm (2002), que denuncia a tendência do esquecimento histórico em favor de uma vida imediata na pós-modernidade; ou mesmo um Castells (1999), quem defende a emergência de uma sociedade em rede, na qual indivíduos estão mais próximos uns dos outros e, paradoxalmente, mais distantes; e ainda, tal qual István Mészáros (2002) quando, ecoando Marx, se pergunta se enfrentaremos uma era de socialismo que seguiria a uma inevitável síntese do capitalismo, ou afundaremos na barbárie das guerras, da exaustão do meio ambiente, da doença e da fome numa implosão da sociedade. Todos estes processando informações atuais, tentando apontar — e apostando em — que estruturas perdurarão, quais feneceirão, assim como Marx e Engels fizeram acertadamente em meados do século retrasado.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: volume 1*. Tradução Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CHESNAIS, François (Org.). *Finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

COLLIN, Denis. A crise da humanidade e a crítica radical do valor. *Caderno CRH*. v.26, n.67, p.13-27, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a02v26n_67.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

DOWBOR, Ladislau. *A crise financeira sem mistérios: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais*. 2009. Disponível em: <<http://dowbor.org/crise/crisemisterios8.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*. Tradução Leandro Konder. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução Berilo

Vargas. Rio de Janeiro: Editora. Record, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail U. Sobral, Maria S. Gonçalves. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HIRST, Paulo; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Tradução Wanda Caldeira Brant. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Zero a Esquerda).

GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história da revolução*. Tradução Alexandre Barbosa de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcus Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSON, John A. *Imperialism: a study*. 3.ed. London: Unwin Hyman, 1988.

KLIMAN, Andrew. *'The destruction of capital' and the current economic crisis*. Jan. 2009. Disponível em: <<http://www.socialistdemocracy.org>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

KOSÍČ, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução Célia Neves, Alderico Torbío. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl. 18º brumário de Luiz Bonaparte. In: IANNI, Octavio; FERNANDES, Florestan (Org.). *Karl Marx: sociologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. *Manifesto do partido comunista*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007b.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo [et al]. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHALET, Charles-Albert. *O que é a mundialização? Pequeno tratado para uso dos que ainda não sabem se devem ser a favor ou contra*. Tradução Nicolás N. Campanário, Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2003.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2002.

THUROW, Lester. *Em defesa da globalização*. Revista Exame, n. 834, jan. 2005. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0834/noticias/em-defesa-da-globalizacao-m0051467>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2013.

Rômulo C. Cristaldo é Doutorando em Administração, NPGA/UFBA; Mestre em Administração, NPGA/UFBA; Bacharel em Administração, UFBA. Pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial – Labmundo – Antena Bahia.

Como citar:

Cristaldo, R. C. (2014). Sobre a possibilidade de interpretação da globalização a partir do manifesto do partido comunista, um ensaio. *Revista de Administração da UNIME*, v.1 (2), 15-23. Disponível em: <<https://novarau.wordpress.com/2014/12/22/rau-volume-1-numero-2-jun-dez-2014-2/>>.